

# I SEMINÁRIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB) PARA O RECONHECIMENTO DOS SABERES DOS MESTRES DE CAPOEIRA DA PARAÍBA

Rogério Silva Bezerra

## RESUMO

O presente texto resume questões e acontecimentos referentes à realização do “I Seminário do IFPB para o reconhecimento dos saberes dos mestres de capoeira da Paraíba”, que ocorreu no dia 28 de novembro de 2015, tendo como objetivo reunir mestres de capoeira, bem como contramestres, professores e coordenadores de escolas de capoeira, com atuação na Paraíba, para apresentar e debater princípios para elaboração de um plano de reconhecimento de saberes para os mestres, contramestres e professores de capoeira no estado. A ação foi uma iniciativa do Núcleo de Pesquisa e Defesa do Patrimônio Cultural de Cabedelo (NUPPACC), formado por servidores e estudantes de diversos cursos do IFPB. O NUPPAC começou suas atividades em 2011 e faz parte da Rede Rizoma: tecnologia em extensão do IFPB, já realizou diversas ações como cursos, palestras, publicações, etc., sempre dentro das linhas da política nacional de salvaguarda do patrimônio, elaboradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa discussão vai diretamente de encontro ao processo de formalização por que passa a capoeira atualmente, tema abordado nos principais fóruns da capoeira nos últimos anos, repercutindo inclusive no aparecimento de vários projetos de lei no Congresso Nacional.

**Palavras-chave:** Capoeira. Reconhecimento de Saberes. Políticas Públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente a capoeira constituiu-se como um saber "popular", "marginal", produzido na periferia social. Essa condição da capoeira na sociedade é produto da forma de introdução dos afrodescendentes na formação social brasileira um traço da herança escravista e do eurocentrismo colonial (PRADO Jr, 1980). Atualmente a capoeira passa por um novo momento, sendo reconhecida como patrimônio imaterial IPHAN que introduziu um novo

patamar nas relações estado-capoeira-sociedade, posto que iniciou um processo de formalização da capoeira, que passa a ocupar nova posição no sistema jurídico nacional (IPHAN, 2008).

Outro marco importante que se pode registrar são as leis 10.639/03 e 11.645/08 que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica e citam explicitamente a capoeira como uma das expressões desses novos conteúdos e práticas na escola (PESSÔA, 2010). E particularmente, o art. 20 da 12.288/10, que dá a seguinte diretriz. “O poder público garantirá o registro e a proteção da capoeira, em todas as suas modalidades, como bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural brasileira [...]” (BRASIL, 2010)

Apesar desses atos legais que apontam para inclusão da capoeira como um saber formal dentro do espaço da escola regular, deixam, a nosso ver, enormes lacunas no que se refere a questões como: qual a instituição formadora do profissional de capoeira? Quais os saberes e competências necessários ao desenvolvimento da atividade de ensino da capoeira nas redes escolares? Em que regime profissional e em que carreira estará posicionado o profissional da capoeira? Quais as formas de registro e instituições de defesa de direitos o capoeirista está incluído em sua função de profissional escolar?

Buscando suprir as lacunas deixadas pelo quadro jurídico acima delineado e superar a precarização do trabalho do profissional educador de capoeira que dele decorre, e ainda em continuidade as ações já implementadas, em consonância com outros dois seminários sobre a capoeira realizados nos anos 2013 e 2014, e ainda contribuindo com os esforços do grupo de trabalho formado pelas Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) e Pró-reitoria de Ensino (PRE) ambas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) que atualmente buscam elaborar uma política pública para o segmento da capoeira no âmbito dessa Instituição, o Núcleo de Pesquisa e Defesa do Patrimônio Cultural de Cabedelo (NUPPACC), realizou no dia 28 de novembro de 2015, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) *Campus I*, O “I Seminário para o Reconhecimento dos Saberes dos Mestres de Capoeira da Paraíba”. O evento foi financiado com recursos dos editais: 17/2015 (PROEVENT) e o 20/2015 (Taxa de bancada da Rede Rizoma), ambos da PROEXC/ IFPB.

O seminário contou com a presença de mestres, contramestres, professores e coordenadores de escolas de capoeira, com atuação no estado da Paraíba, e seu objetivo

principal foi apresentar e debater princípios para um plano de reconhecimento de saberes para o seguimento.



Figura 1 – Mesa de abertura do “I Seminário IFPB para o reconhecimento dos saberes dos mestres de capoeira da Paraíba”. Fonte: arquivos do evento.

O reconhecimento de saberes, através do programa Certific, foi o tema principal desse seminário, sendo este sugerido como ferramenta de uma política pública que permitiria, ao mesmo tempo, a formalização da atividade de “docente de capoeira” para os mestres, contramestre e professores de capoeira<sup>1</sup>, bem como legitimaria as formas populares de produção desse saber, na medida em que afirmaria as escolas e grupos de capoeira como espaços de formação dos profissionais desta área. Além do reconhecimento de saberes as(os) capoeiristas presentes debateram ainda a possibilidade de formação de um conselho de mestres de capoeira da Paraíba e a inclusão, no Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO), a categoria de “professor de capoeira”. O presente escrito busca registrar e explicitar um conjunto de acontecimentos e apontamentos relativos a execução do referido seminário, bem como caracterizar sua estruturação e procedimentos adotados.

Ao realizar um evento desse tipo, o IFPB inclui o tema “capoeira” em sua pauta de segmentos atendidos através das políticas públicas que desenvolve e apresenta uma abordagem favorável a inclusão dos saberes tradicionais no mercado formal de trabalho.

---

<sup>1</sup>As palavras mestre, contramestre e professor, são usadas aqui no sentido atribuído por grande parte das escolas e grupos de capoeira da contemporaneidade. Em geral, são assim nomeados os três estágios mais altos no desenvolvimento e conhecimento da prática da capoeira, sendo o mestre o grau mais alto, seguido de contramestre e professor.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O espaço é compreendido como um palimpsesto ou ainda como acúmulo não linear do tempo (SANTOS, 2002). Os objetos, materiais ou imateriais, presentes na superfície do globo, são o resultado de complexos processos históricos, em que diversos interesses de distintas classes e grupos sociais, efetivam um determinado e conflituoso modo de (re)produzir o espaço (BEZERRA, 2014).

Para Fernandes (2005, p. 02):

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como composicionalidade, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma completude, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre pessoas, como cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são fruto dessa multidimensionalidade.

Os grupos sociais buscam produzir seus espaços conforme suas identidades culturais e interesses de classe a partir das relações de poder estabelecidas e mediadas pela disputa da hegemonia cultural. A capoeira aparece, nessa abordagem, como uma das dimensões da luta negra no Brasil e constitui-se como um dos elementos de afirmação da cultura, da história e da herança negra, sendo ainda instrumento (discurso) de sua legitimação e um “trunfo” no processo de produção espacial (FERNANDES, 2005).

Desde a entrada dos negros no Brasil há os dias atuais muitas mudanças ocorreram no País no que diz respeito a constituição de leis. No entanto, as consequências da herança escravista e o racismo estrutural perduram até os dias atuais. Entretanto, vale ressaltar que nas últimas décadas (notadamente dentro do período 2002 – 2014) os negros tiveram importantes conquistas como a lei das cotas e a demarcação/reconhecimento de territórios quilombolas. Outro fato importante foi o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural brasileiro pelo IPHAN (2008).

Essas conquistas são consideradas como avanço da luta dos negros no país e faz parte do processo geral de espacialização e territorialização dos afrodescendentes, integrada não apenas como resultado, mas também como instrumento de luta. No caso da capoeira – é ao

mesmo tempo uma expressão, um produto e produtora do avanço dos direitos dos negros e negras no País (BEZERRA, 2014).

### **3 PÚBLICO ALVO**

O principal público alvo do seminário foram os mestres de capoeira, visto que esses são os principais responsáveis pela manutenção e reprodução da prática da capoeira em nossa sociedade. No sistema informal de hierarquias e funções, que regulam internamente a capoeira, os mestres cumprem o papel de guardiões da tradição e do saber. Em geral são também os responsáveis pela organização das escolas populares de capoeira (também chamadas de grupos de capoeira). Os mestres de capoeira também cumprem a função de avaliador e chancelador dos saberes necessários a sua prática. Secundariamente o seminário também buscou a participação de contramestres e professores (posições hierarquicamente e imediatamente abaixo dos mestres no sistema da capoeira e que cumprem importante papel na sustentação da capoeira), de coordenadores de escolas de capoeira que possuam atuação no estado da Paraíba (em alguns casos os grupos/escolas organizam-se em vários estados do país e, por vezes, instrutores e graduados - posições anteriores aos mestres, contramestres e professores - são também chamados a coordenar e representar escolas de capoeira na Paraíba), pesquisadores e gestores públicos interessados na temática debatida.

### **4 METODOLOGIA**

O seminário foi operacionalizado pelo NUPPACC em parceria com o Grupo de Tradições Culturais Arte Capoeira da Paraíba, e contou com o apoio e participação de algumas escolas e mestre de capoeira, particularmente da região metropolitana de João Pessoa, que cumpriram o papel de parceiros sociais na execução da atividade. O evento ocorreu em paralelo e conjuntamente com o III Educação cultural Sem Fronteiras evento realizado pelo grupo Arte Capoeira, também participara desse evento o projeto de extensão do IFPB – *Campus Cabedelo*, “Gingando pela Cidadania”, o Ecifa e Arte Capoeira da Paraíba.

As escolas e mestres convidados à contribuir com a organização do evento foram os seguinte: Angola Palmares, coordenada por Adeilson Morais (Mestre Cabedelo); Grupo Birimbau Dourado, Coordenado por Rubens Jeônimo (Mestre Colorau); Grupo Afro-Nagô,

Marcos Antônio Belarmino (Mestre Zunga); Angola Mandinga (Mestre Lima) e; Arte Capoeira, Valter Mendes Ferreira (Professor Mamulengo). Esses foram escolhidos como parceiros por participarem do grupo de trabalho para salvaguarda da capoeira paraibana junto ao IPHAN e/ou do processo de organização do conselho de mestres de capoeira da Paraíba.



Figura 2 – Hino Nacional durante a abertura do Seminário. Fonte: arquivos do evento.

O seminário teve carga-horário de nove horas, distribuídas em um mesmo dia, sendo quatro horas no período da manhã e cinco horas no período da tarde. A programação inicialmente prevista para o seminário começaria às oito horas da manhã com credenciamento e café. No horário das 9h as 12h constaram das atividades mesa com apresentação e debate sobre o programa Certific (mesa com participação de servidores do IFPB, representação do conselho de mestre de capoeira da Paraíba e conselho nacional de mestres de capoeira), na primeira metade, seguida de abertura para posicionamentos e discussões com a plenária nas últimas horas da manhã.

A tarde, período das 14 as 16h, trabalho em grupo para pormenorização das discussões, com relatório final apresentado na plenária no horário das 16h30min as 18h.

Essa programação foi modificada em consulta à plenária, ficando a divisão do tempo e do trabalho na seguinte forma: exposição dos tópicos sobre o Certific no período matutino, seguida de debate aberto no plenário, pausa para almoço e exposição sobre a formação do conselho de mestres com novo debate aberto para plenária. O relatório final com acolhimento das propostas e debates ficou a cargo da comissão organizadora e será utilizado como base para elaboração do plano de reconhecimento de saberes para capoeiristas da Paraíba.



Figura 3 – Momento exposição sobre o “Programa “Certifiq.”.Fonte: arquivos do evento.

Segundo levantamento realizado juntos aos parceiros sociais convidados, anteriormente elencados, existem cerca de 24 mestres de capoeira atuando na Paraíba atualmente. O objetivo do seminário foi alcançar esse universo na totalidade. Por isso há previsão de ajuda de custo ou diárias para todos os mestres. As vagas não ocupadas por mestre serão direcionadas aos contramestres, professores e demais coordenadores de escolas ou grupos, no limite máximo de 100 participantes. O seminário garantiu aos participantes os seguintes materiais pasta, caderno anotação, canetas, etc. e alimentação durante o evento.

O chamamento para participação e inscrição no evento foi realizado pelos parceiros sociais (já que estes possuem largo contato com o público alvo) como também através de mídias e redes sociais, cartazes e folders, além de telefonemas e contatos realizados diretamente com os mestres de capoeira.



Figura 4 – Participantes do Projeto de Extensão “Gingando pela Cidadania”.Fonte: arquivos do evento.

Como a capoeira funciona em forma de rede e/ou movimento sociais, ou seja, com núcleos (escolas, grupos) que se mantém ligados/integrados através da própria prática da capoeira (instâncias,

---

Revista Práxis: saberes da extensão, João Pessoa, v. 4, n. 7, p. 106-117, jul., 2016. Página 112

encontros, rodas, redes sociais de comunicação, relações de amizade e descendência, entre outras), a disseminação das informações é bastante rápida e direcionada.

## 5 RESULTADOS

O debate sobre os vários caminhos para formalização da capoeira ocupa hoje destaque entre os temas debatidos entre os capoeiristas. O trabalho de extensão e pesquisa até aqui realizado pelo NUPPACC junto aos capoeiristas, recentemente abraçado pela PROEXC e PRE do IFPB, aponta que o reconhecimento de saberes permite, ao mesmo tempo, abrir o mercado de trabalho aos capoeiristas e legitima o trabalho secular que os mestres e escolas tradicionais de capoeira realizam em diversas partes do território nacional.

O evento contou com a participação de mais de 100 pessoas, contabilizando quatorze mestres paraibanos e ainda mestres de capoeira do estado de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará, além de bom número de contramestre, professores e graduados de diversas escolas de capoeira com atuação na Paraíba. Infelizmente, por impossibilidades no custeio do transporte parte dos mestres do interior do estado não conseguiram participar do evento.

Ao cabo das acaloradas discussões, os encaminhamentos sobre o conjunto de temas debatidos foram os seguintes:

a) Sobre um programa de reconhecimentos de saberes para mestres, contramestre e professores: a maior parte dos presentes teve posição contrária a iniciativa, compreendendo que o reconhecimento de saberes poderia, por um lado, comprometer a autonomia dos mestres em relação ao seu poder de outorgar o título de mestre à outros praticantes de capoeira e, por outro lado, criar uma hierarquia entre mestre “certificados” e “não-certificados” dentro da própria capoeira;

b) Sobre a proposta de inclusão da categoria “Professor de Capoeira” no Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO): não houve posição clara da plenária no sentido da formalização da categoria profissional da docência em capoeira;

c) Em relação à formação de um conselho de mestres de capoeira da Paraíba: a plenária apontou com firmeza essa ação, reconhecendo, ao que parece, a necessidade do avanço da organização interna da capoeira no estado.

## 6 CONCLUSÃO

O projeto foi executado a contento e dentro do cronograma planejado. As metas foram parcialmente alcançadas, tendo em vista que 14 mestres com atuação na Paraíba participaram do evento. As causas principais para redução no número de mestres foram a impossibilidade de disponibilizar transporte (um ônibus) que traria os mestres do interior do estado até João Pessoa e falta de disponibilidade de agenda por parte de alguns daqueles.

Contabilizados todos os presentes o seminário atingiu os 100 participantes durante sua realização. Cerca de 80 capoeiristas estiveram presentes no Evento, o que aponta 80% da meta estabelecida. Aqui também a impossibilidade de disponibilização de transporte para os capoeiristas do interior foi uma das motivações mais fortes para o não alcance da meta inicial. Some-se ai também, como fatores que dificultaram a participação, a concorrência de outros eventos de capoeira e o desinteresse de parte dos capoeiristas por esse tipo de debate e houve também, algumas lacunas no processo de divulgação da atividade.

A construção dos princípios para a elaboração de um plano de reconhecimento de saberes para a capoeira paraibana, ficou impossibilitada pelo posicionamento contrário da plenária, que não obteve consenso entre os capoeiristas em relação ao uso do programa Certific. A nosso ver, a interpretação de que um programa de certificação compromete a autonomia dos mestres em seu papel de outorgante das graduações no sistema de hierarquias da capoeira, apesar de constituir-se como um elemento externo as suas formas tradicionais, muito mais legitima a função do mestre do que a revoga.

Neste caso o sistema formal de ensino, através de uma de suas instituições, reconhece o papel formador e preparatório do trabalho dos mestres e demais profissionais da capoeira, ao tempo que afirma as escolas populares de capoeira como legítimos espaços de formação do profissional desta área. Na prática muitas escolas e eventos de capoeira já admitem e utilizam a produção de certificados como instrumento de comprovação de participação e passagem entre níveis internos de seu sistema de saberes. Exemplo disso são os certificados de participação em oficinas e eventos e a outorga de certificados aos que são formados nas diversas “graduações”, inclusive na de mestre. Veja-se também os casos de “reconhecimento de saberes”, por “notório saber” já realizados por várias universidades no Brasil e no mundo, que outorgaram título de equivalência com equivalência de doutor à mestre de capoeira. Isso demonstra que a capoeira tem internalizado em suas práticas um grande conjunto de

instrumentos oriundos dos sistemas formas de ensino, em um processo que se iniciou na primeira metade do século XX e perdura até hoje.

Por outro lado, a possibilidade da produção de uma nova clivagem hierárquica dentro do campo da capoeira, originada pela rotulação/divisão “mestre certificado” versus “mestre não-certificado”, poderia produzir uma diferenciação que vitimaria os mestre de perfil tradicional, ou seja, os de menor escolaridade, posto que esses teoricamente possuiriam menores condições de acesso ao serviço de certificação, ao tempo que estima-se que estes realizam menor quantidade de registro de suas atividades. Esse problema poderia, no entanto, ser superado a partir dos quesitos e da forma do processo de comprovação estabelecidos no plano metodológico do reconhecimento de saberes.

É preciso explicitar ainda que existe grande tensão e disputa, entorno da definição e do reconhecimento, por parte dos próprios capoeiristas, de quem merece ser ou não reconhecido como “mestre” de capoeira. Há uma variação de critérios bastante ampla e um grau de subjetividade profundo na decisão de um mestre em outorgar o título de mestre à outros. Some-se a isso as dificuldades e conflitos gerados por um sistema informal e de base oral que subsiste dentro do sistema social mais geral, caracterizado entre outras coisas, por instrumentos cartesianos de controle e registro.

Entendemos, contudo, que a demanda pela criação de um sistema de “registro” e/ou “controle” da circulação do saber em relação a capoeira, se origina muito mais do movimento crescente de racionalização que o aparelho de estado e suas relações provocam sobre a sociedade, que de uma necessidade intrínseca da própria capoeira. É preciso, por isso, agir de forma cuidadosa e buscar o aprofundamento do debate para que se possa conformar um instrumento que permita responder a demanda de formalização aos profissionais da capoeira e, ao mesmo tempo, não se produza uma revogação ou reestruturação dos sistemas de chancela que a tradição da capoeira possui.

A inclusão da categoria “professor de capoeira” no CBO, que não possui posicionamento claro da plenária em seu favor, foi também um dos resultados retirados do seminário. Nesse caso parece-nos haver uma flagrante contradição no posicionamento dos capoeiristas, visto que não se trata da criação de uma categoria profissional, mas de sua formalização. A função profissional de “docente” ou “professor” de capoeira já existe em ampla ocorrência na sociedade brasileira, chegando mesmo a ser quase secular. Sua presença é de fácil percepção em praticamente todos os sistemas educacionais existentes no Brasil.

Atribuímos a falta de aprovação de encaminhamento por parte da plenária do seminário no sentido da inclusão dessa categoria no CBO, por um lado, ao pouco tempo de debate e ao baixo esclarecimento dos participantes em relação à proposta e, por outro lado, pela aversão/desconfiança de parte da capoeiragem as formas de regulação do estado sobre sua atividade profissional. Neste ponto é preciso, acreditamos, aprofundar o debate junto aos capoeiristas e produzir uma maior clareza sobre a necessidade da inclusão da categoria no CBO, suas consequências em relação ao reconhecimento da profissão de “professor de capoeira” e o acesso aos direitos de seguridade, previdência, dentre outros.

Por fim, o tema “Criação de um Conselho de Mestres de Capoeira da Paraíba” foi o único que obteve claro posicionamento positivo por parte plenária. Aparentemente já havia um processo de amadurecimento da temática pela maior parte dos mestres presentes e demais membros da capoeiragem paraibana. As demais questões foram remetidas para formação de um grupo de trabalho, composto com representantes da capoeira escolhidos na plenária e membros do IFPB. A equipe do IFPB se volta agora a reflexão e entendimento das contribuições oriundas desse evento e buscará aprofundar o diálogo com o segmento, tendo em vistas a formação da base conceitual para elaboração de uma política pública que ajude a capoeira e seus profissionais na superação dos seus desafios atuais.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Rogério Silva. Geografia e patrimônio cultural: ensaio sobre a capoeira como espacialização e territorialização do negro no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória, ES. **Anais eletrônicos**. Vitória, ES, 2014. Disponível em: < <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404394061> >. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o estatuto da igualdade racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2010.

IPHAN. **Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília, DF: IPHAN, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e os movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA), 2005.

PESSÔA, Jaciara Maria de Medeiros. Leis 10.639/03 e 11.645/08: (re)construindo a história afrobrasileira e indígena. In: COLÓQUIO DE HISTORIA, 4., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNICAP, 2010.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica a geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.